



Todos Somos Chamados a Intervir para Salvar a Escola Pública e a sua Qualidade

Aprovada na Assembleia-Geral de Sócios do SPGL

de 30 de outubro de 2014

Com a revolução de Abril de 1974, os professores e educadores lançaram-se corajosamente na construção de uma Escola Pública que garantisse a todos o acesso a um ensino de qualidade e que possibilitasse recuperar do enorme atraso educativo a que o regime fascista condenara a esmagadora maioria da população.

Os professores de então construíram e impuseram a gestão democrática das escolas, e mobilizaram-se para construir uma profissão, com direitos e deveres – mais tarde consignados no ECD – no mesmo processo em que criaram as suas organizações sindicais.

Os professores continuaram assim a herança dos educadores da Primeira República – o ideal da Escola democrática para todos os portugueses. Um legado que receberam das mãos de resistentes antifascistas, conseguido através de uma luta tenaz – marcada pela perseguição, o exílio, a cadeia e até a morte de tantos que não deverão ser esquecidos na formação das gerações atuais.

Nesta luta por uma Escola Pública de Qualidade para Todos, como em todos os processos sociais, há momentos de avanço e momentos de retrocesso. Hoje, os professores – quer os mais antigos e protagonistas do processo lançado em 1974 quer os que mais recentemente chegaram à profissão – vivem um período em que todo o edifício da Escola Pública com estes alicerces está a ser desfigurado e desmantelado, em consequência das políticas aplicadas por um Governo subserviente aos ditames da Troika e de acordo com o seu programa de elitização e privatização do sistema de Ensino.

Para poder pôr em prática este programa, o Governo é mestre na estratégia – por todos conhecida – de evocar as deficiências do Sistema, de falar no combate ao insucesso escolar, na falta de formação de docentes, problemas que, não podendo ser ignorados, têm servido, mediante deturpações e mentiras, para justificar a “mão pesada” sobre os professores e educadores, para lhes destruir o seu estatuto, para os amachucar, dividir e humilhar. Uma estratégia que tem levado a uma tal frustração e desencanto que há milhares a desistirem de exercer a profissão que escolheram.

Ao vermos os senhores do Poder e os seus apoiantes evocar as fragilidades do Sistema de Ensino e os insucessos da Escola, com o fito de destruir o que tão dificilmente foi construído, e as

consequências que essa destruição irá provocar na sociedade portuguesa, não podemos ficar calados.

Consideramos que é necessário partir dos resultados obtidos na Escola construída após o 25 de Abril. Várias são as instituições internacionais que os têm avaliado de forma bastante positiva. O nosso país, em matéria de Educação, tal como na Saúde, é mesmo considerado como um caso de estudo, por tudo o que foi conseguido em quarenta anos de democracia.

Notemos a grande percentagem de portugueses que adquiriram uma formação académica superior, com a Escola alicerçada nos ideais do 25 de Abril, ou o grande número de cientistas nacionais que hoje trabalha em parceria com investigadores de todo o mundo. Notemos, ainda, o grande número de artigos publicados em revistas científicas internacionais por jovens portugueses (tão mal tratados pelo Governo), ou como os professores e educadores do nosso país ocupam os primeiros lugares na avaliação internacional, em matéria de relação pedagógica com os seus alunos.

Só quem não compreende como é precioso o tesouro conseguido se pode dar ao luxo de o deitar a perder tratando alunos, investigadores, docentes e outros técnicos envolvidos no processo educativo como se fossem meros números, submetidos às exigências da redução de um défice e de uma dívida aos quais a esmagadora maioria do povo português é alheia.

O recente processo seguido para a colocação dos docentes nas escolas, a forma como estes foram e estão a ser tratados, e as suas consequências desastrosas na formação dos alunos devem constituir um imperativo para um tocar a rebate sobre o que está a passar-se na Escola Pública portuguesa.

Um golpe desta gravidade está a ser aproveitado pelos responsáveis políticos para fragmentar o concurso nacional, amplificando as “contratações por escola” em nome de uma pretensa “autonomia” das escolas, levando a água ao moinho dos que estão interessados na municipalização e privatização do Ensino.

É perante esta complexa situação que somos levados a propor à Direção do SPGL a realização de uma iniciativa, com a participação de docentes e representantes de outras organizações empenhadas na travagem da destruição do Sistema de Ensino e na sua reedificação, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Os docentes signatários desta proposta comprometem-se a ajudar a concretizá-la, pois todos somos chamados a intervir para garantir a Escola como um espaço de formação, de liberdade e de humanismo, a Escola para qualificar e formar cidadãos livres, críticos e intervenientes na vida do nosso país.